

Algumas considerações sobre o concerto internacional na ótica do Mercosul e da SADC

José Ailton Rodrigues dos Santos

CEA/USP, Universidade São Francisco e FITO

O século XXI vem marcando com bastante veemência mudanças e resultados de ordem econômica, social, cultural, política, comercial e tecnológica que, associada a outras formas de manifestações, obrigam e forçam os Estados a uma busca incessante de estratégias que elevem seu grau de participação e conseqüentemente uma melhor inserção nas decisões mundiais.

Atento a essas mudanças, percebemos entre outras coisas, que o surgimento de blocos econômicos e acordos regionais têm sido uma estratégia utilizada por muitos Estados. Segundo a Organização Mundial do Comércio – OMC – um terço do comércio mundial vem sendo feito no contexto regional. Considerando as zonas de preferências esse total chega próximo de dois terços. Destaca ainda que, no momento, existem 170 acordos comerciais e que outros 70 estão em andamento.

Essa situação só confirma que a integração regional passa a ser estratégica e imperativa para os Estados – que precisam e necessitam urgentemente – atuarem no contexto global.

Entre os acordos e blocos iniciados (concluídos ou em andamento no decorrer dos últimos 50 anos) destacam-se a União Européia – UE –, o Acordo de Livre Comércio Norte Americano – NAFTA –, a Comunidade de Estados Independentes – CEI –, o Mercado Comum do Sul – Mercosul – e a Southern African Development Community – SADC – que, entre outros, são exemplos e caracterizam a nova realidade mundial.

Esse trabalho aponta algumas características do sistema internacional atual, mas procura também alguns pontos acerca dos blocos no eixo Sul-Sul, mais exatamente o Mercosul e a SADC. Por quê os Estados membros devem participar mais ativamente e de uma forma mais organizada, integrada e com muita objetividade – no mundo cada vez mais acirrado – que é o cenário internacional ?

As expectativas e iniciativas geradas pelas necessidades de integração e intercâmbio entre Mercosul e SADC mostram-se ainda bastante tímidas, perdendo com isso oportunidades e toda uma gama de possibilidades que poderiam ser exploradas. Além de poder estabelecer uma melhor aproximação entre os dois blocos, contribuiria para aproximar suas respectivas regiões, incentivando e reforçando a idéia de complementariedade no âmbito das relações Sul-Sul.

Livre da Guerra Fria e do poder bipolar – que predominou durante mais de 50 anos envolvendo EUA e URSS – o mundo no século XXI procura, a partir dessas novas forças e características, soluções ou acordos que permitam uma diminuição dessa instabilidade e convulsão internacional.

Durante esse período, mais exatamente os anos 80 e 90, emergiram vários tipos de conflitos que ainda hoje, no início de um novo milênio, continuam a existir. Conflitos nacionalistas, étnicos, religiosos e culturais, entre outros, exigem a criação de novos paradigmas para responder a essa nova realidade, obrigando os Estados a terem uma nova ótica e posicionamento frente aos problemas que surgirão. Questões que até outrora não tinham ou não ocupavam espaços da agenda internacional passam a sê-lo agora.

Meio ambiente, direitos humanos, solidariedade, o fortalecimento das democracias e a própria informação, já fazem parte das agendas e discussões dos grandes foros internacionais. Neste último tópico – controle da informação – observamos que a importância do saber científico e tecnológico e, acima de tudo, os mecanismos que servem à sua transferência, vem assumindo dia a dia, uma relevância tal, que não é exagero afirmar, passará a ser a linha tênue entre os países ricos – desenvolvidos e nutridos – e os países pobres – atrasados e miseráveis. Em última análise, o acesso ao conhecimento, determina e impõe a possibilidade e capacidade que um Estado terá de se inserir, de maneira positiva, no que hoje se convencionou chamar de nova realidade mundial.

Nessa nova realidade mundial, de um lado divisam-se os Estados industrializados, que argumentam, entre outras coisas, o direito de propriedade, segundo eles, conquistados por força de maciços investimentos em tecnologia. Do outro lado argumentam os Estados periféricos que, podendo praticar o comércio, em condições mais satisfatórias, absorveriam a demanda e a produção dos Estados ricos. No entanto, na visão dos Estados ricos, isso poderia funcionar como fator a mais de instabilidade e desequilíbrio no sistema internacional, ocorrendo, mesmo que temporariamente, a substituição do Estado político por um Estado mercantil.

No terceiro milênio, essa não será uma disputa menos intensa do que aquela em que, durante quase cinco décadas, estiveram envolvidas as duas super potências. No momento em que as parcelas de poder se distribuem, multiplicam-se as áreas de conflitos, na mesma proporção e velocidade com que se agregam novos atores à cena internacional.

As nações de economia periférica, que saindo da condição de juizes para a de réus – acusadas de agressoras do meio ambiente e fontes inesgotáveis de imigrantes – exigem acesso ao *know-how* tecnológico, talvez a única forma de vencerem o *gap* que as separa de seus parceiros ricos e as desqualifica, tanto nas relações de troca quanto no processo de desenvolvimento.

Nessa reivindicação os Estados em desenvolvimento esgrimem com o fato de que, em maior ou menor escala, contribuírem com matérias-primas, mão-de-obra barata e, porque não, mercados consumidores - o que, de certo modo, os elevariam à categoria de financiadores das economias fortes. Como exemplos desses Estados podemos citar o Brasil, a Argentina, a África do Sul e Angola e que estão concentrados no eixo Sul-Sul.

Tanto o Brasil e a Argentina, membros do *Mercosul*, como a África do Sul e Angola, membros da *SADC*, são Estados que poderiam representar um maior volume de recursos, trocas etc. e também, fomentar e incrementar o comércio intra e extra blocos, de forma a

movimentar o comércio regional e conseqüentemente aumentar sua participação no comércio mundial. Hoje o Mercosul só representa 1(um) por cento do comércio mundial.

No entanto, temos que corrigir e aprender com erros cometidos em outros momentos – falta de experiência, competência administrativa e política e até subserviência – e partir para uma relação clara e direta considerando o realismo e os resultados que o sistema internacional não cansa de mostrar.

Temos nas duas regiões, onde se localizam os dois blocos, exemplos de que a realidade é fria e dura. Seja por questões naturais – pragas – ou mesmo por políticas precipitadas e desorganizadas essas duas regiões concentram índices alarmantes, seja de epidemias e/ou desnutrição. Dos 36 milhões de aidéticos no mundo esses dois continentes reúnem uma parcela significativa. Só o continente africano contribui com 25 milhões de pessoas.

Por que cooperar e tentar dirimir as diferenças? Se algum dos Estados membros ainda tiver alguma dúvida, ou terá que ter uma carta embaixo da manga – coisa impossível – ou terá que ter uma visão realista da situação. O que obriga cada sociedade a se organizar internamente e buscar alternativas externas.

A sociedade em geral e os seus governantes não podem e não devem agir como vítimas do sistema “opressor” aguardando iniciativas pôr parte dos outros. A história já mostrou e comprovou que o Estado, a sociedade e principalmente os governantes que agiram pensando em defender interesses particulares em detrimentos do coletivo, falta de visão do conjunto, limitações impostas pelo contexto interno colheram e colhem, os resultados até hoje e que, infelizmente, são negativos.

Não podemos aguardar que o sistema internacional do século XXI seja romântico, paternalista e compreensivo. Hoje o sistema é marcado por várias questões. Desde questões e relações que envolvem profissionalismo, competência e qualidade como também, normas e regras colocadas pelos organismos internacionais – OMC, OCDE entre outros e que, na sua grande maioria, são ditadas pelos Estados desenvolvidos. Precisamos e temos (são imperativos da atual ordem internacional) que sair para brigar com o mínimo de chances. Conhecer e, de preferência, ter alguns instrumentos de bar-ganha, caso contrário, a guerra já estará perdida muito antes de começar.

O mundo não é justo. Nunca foi. Portanto temos que organizar as nossas “casas”. Temos muito que fazer. Todos os Estados membros desses dois blocos – como a maioria dos Estados no mundo – passam por algum tipo de dificuldade – uns mais e outros menos – portanto, não podemos ficar chorando ou remoendo que o mundo foi injusto. Ou partimos agora – mesmo com todas as dificuldades – ou não vamos lamentar os conflitos e números, que já são lamentáveis, caóticos e até desumanos, mas que podem aumentar ainda mais. Quem disse que o mundo é justo?

Quais são os fatores de estímulo e como poderiam funcionar a cooperação e troca entre os Estados que compõem Mercado Comum do Sul (*Mercosul*) e a Southern África Development Community (*SADC*)? Quais alternativas restam aos parceiros internacionais após o fim do século XX? Para onde caminham as negociações num cenário onde os interlocutores não são apenas Estados Nacionais mas que, ao contrário, agrega novos e

poderosos atores, agora não mais organizados individualmente somente, mas em grupo, caso da *UE*?

Na atual ordem internacional, quando se revogou a bipolaridade, substituída pelas chamadas *polaridades indefinidas*, como se realinham e se conjugam as forças num ambiente internacional em que cada Estado reivindica posição de destaque? Nessa procura, alguns deles tentam organizar-se em blocos econômicos, com a finalidade de, somando esforços, atingirem aquele objetivo.

A escolha dos Estados do *Mercosul* e da *SADC* como objeto de estudo explica-se pelo fato de esses grupos reunirem Estados que, ao nosso ver, dificilmente encontrarão o caminho do desenvolvimento pleno por um esforço isolado. Apesar de existirem Estados que, a exemplo de Brasil e África do Sul, podem exercer papel de liderança, tanto no grupo ao qual pertencem quanto na relação com parceiros de outros blocos.

Podemos privilegiar o contexto cultural também. O estudo da língua portuguesa enquanto fator de integração, considerando a tendência mundial de valorizar a identidade lingüística no processo de comunicação e, por conseguinte, como elemento vital para um perfeito entendimento na negociação interpaisés. A importância e legitimidade da língua portuguesa se expressam estaticamente: o idioma ocupa a oitava posição no *ranking* dos mais falados em todo mundo.

Mesmo considerando que alguns integrantes dos blocos aqui falados não se enquadram no grupo de lusofalantes – é o caso da África do Sul e da Argentina, por exemplo – não se pode desprezar o idioma comum com as nações como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No bloco representado pela *SADC*, Angola atuaria como interlocutor dos lusofalantes. Tanto quanto o Brasil, empenhado na consolidação de zonas de Cooperação no bloco *Mercosul*, traduziria o pensamento dos Estados que, como ele, se expressam em Português. E finalmente Portugal, que sendo membro da União Européia (*UE*), poderia ser o representante lusofalante na Europa.

Não pretendemos, entretanto, cair no simplismo de focar a língua apenas como fator de integração em si mesma, com o que nos restringiríamos à questão cultural. É forçoso entendê-la como mais um *meio* para se chegar a cooperação e as trocas de fato. Mediante, isto sim, comunicação mais ágil e eficiente. Em última análise, focar a identidade lingüística como mais um fator de estímulo a criação de uma zona de livre comércio, envolvendo simultaneamente, os Estados integrantes do *Mercosul* e *SADC*. A instituição desse espaço revogaria o velho organograma onde os Estados se agrupam segundo a riqueza que detém – ricos *versus* pobres.

Ainda também, explica-se, pelo fato de esses grupos reunirem Estados em situação econômica bastante semelhante ou no mínimo pontos comuns. Mais que isso, que exibem divergências contornáveis e – em número maior – convergências de natureza política, cultural etc., capazes de sustentar o relacionamento cooperativo. Finalmente, estas rápidas observações pretendem ser mais uma contribuição para pesquisadores e centros preocupados com a realidade dos blocos em questão.

